



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/02/2015

INDICE

1. ASSESSORIA

1.1. JORNAL PEQUENO..... 1 - 2



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Achaque

O desconhecimento das leis é um dos maiores estímulos para o abuso. Quem desconhece as normas, tende a não se insurgir contra atos ilícitos ou, quando se insurge, seus atos se limitam ao protesto que mais aparenta um lamento, já que não põe a discussão nos seus exatos planos.

Isso é visível no Brasil, onde o desconhecimento da lei permite à União, às Unidades da Federação e aos Municípios praticarem verdadeiros achaques à cidadania, protegidos pela tecnicidade impenetrável dos meandros legais.

Essa realidade fica muito nítida a cada ano, quando surgem as normas que regulamentam a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que embora não seja ilegal como tributo, caracteriza-se como ilegal a forma como é cobrado, pois mesmo sendo vinculado ao veículo, é fonte de arrecadação de um órgão (Secretaria da Fazenda) que nada tem a ver com trânsito.

Da sua arrecadação nenhum centavo é investido em educação de trânsito, melhoria de rodovias, engenharia e fiscalização. A única preocupação do órgão arrecadador é tributar o cidadão, que tem que ser "expropriado" para repassar o que ganha com muito esforço e trabalho ao Estado.

O pior é que o pagamento do imposto não confere ao contribuinte qualquer garantia de contraprestação de serviços. Até hoje ninguém sabe ao certo o destino do dinheiro arrecadado com o IPVA. Sua aplicação em serviços públicos é um mistério.

Isso nos dá a certeza de que quem trabalha e produz neste país não pode ser considerado contribuinte, mas, sim, vítima do fisco. Os governantes e legisladores nos tratam como idiotas por pagarmos qualquer tipo de tributo sem levantar nenhum questionamento.

A maioria dos proprietários de veículos nem sabe o que significa nem para que serve o IPVA, que apesar de ser o segundo maior imposto em arrecadação, não é usado para absolutamente nada.

Ele surgiu de um imposto provisório (Taxa Rodoviária Única), encheu os cofres públicos, jamais foi revertido para as finalidades que justificaram sua criação e acabou virando compulsório, infernizando os proprietários de veículos.

Como se não bastassem os impostos para se adquirir um veículo e sofrer tributação sobre consumo de combustíveis, despesas com peças e manutenção, somos obrigados a arcar com um imposto para somente termos a posse de um automóvel, que hoje é um bem necessário, diante da precariedade do transporte público oferecido à população.

Com tantas despesas, o carro acaba sendo uma outra família e representa fonte inesgotável de tributos para o país, uma vez que em seu preço são embutidos 50% de tributos, incluindo o IPI, ICMS, IPVA, Cofins, PIS, Contribuição Social, licenciamento, IOF no financiamento e nos seguros.

É por isso que temos uma das maiores cargas tributárias do mundo, já próxima de 40% do PIB, em troca de péssimos serviços.

O IPVA é cobrado e recolhido pelo Estado. O pagamento cai diretamente na conta do Governo, que tem a função de dividi-lo. Segundo o artigo 158, inciso III da Constituição Federal, o Estado deve repassar 50% da arrecadação do imposto para o Município onde o veículo é registrado.

Normas legais

O Brasil vive um momento de intensa revisão legal. Nada menos que cinco códigos estão em processo de alteração no Congresso Nacional. A sensação é de que as leis ficaram para trás. Baseados em premissas constitucionais antigas, muitos livros ficaram fora de sintonia com o ordenamento atual. Outros acabaram desfigurados por sucessivas alterações por leis esparsas.

Excesso de burocracia

O cipoal de leis, códigos e normas no Brasil eleva custos com a burocracia, aumenta as disputas judiciais e deixa o brasileiro cada vez mais confuso. É lamentável que o Legislativo esteja mais preocupado com a quantidade do que com a qualidade das leis, ampliando distorções proporcionadas pela cultura jurídica de origem latina. Boa parte dos conflitos jurídicos deve-se ao amontoado de textos legais. Temos um campo jurídico instável, uma vez que legisla-se sobre tudo sem uma preocupação com as consequências.

Reforma tributária

O pagamento de impostos no Brasil continua sendo um dos principais problemas para o bolso da população. A esperada Reforma Tributária, que em períodos de eleições enriquece os discursos dos candidatos, nunca sai do papel. Os contribuintes são extorquidos e temos um nível vergonhosamente baixo de retorno dos valores arrecadados com tributos, pois os investimentos públicos não conseguem ultrapassar o limite de 3% do PIB

Era da tecnologia

Na era do processo eletrônico, os profissionais da área jurídica terão que trabalhar adotando a tecnologia de informação avançada, uma vez que o tempo não estará mais a seu favor. A especialidade agora não é só interpretar a lei, mas agir rápido utilizando os meios tecnológicos para obter bons resultados.

Postura ética

O Poder Público brasileiro pratica os mais desavergonhados e explícitos atos de corrupção, injustiça fiscal, fraudes em compras públicas, peculato, estelionato, especulação, tráfico de influência, superfaturamento, suborno, lentidão burocrática, politicagem e outros golpes ainda não batizados. É por isso que devemos manter uma postura intransigente em defesa da República e da ética. Essa é uma tarefa de todos nós nas eleições de 2014.